

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

AS MEDIDAS EDUCATIVAS, GRUPOS DE APOIO À DEPENDÊNCIA QUÍMICA:
UMA ABORDAGEM EDUCATIVA E TERAPEUTICA DENTRO D PRESÍDIO
CENTRAL DE PORTO ALEGRE

ANA PAULA UBERTI

PROFESSORA ORIENTADORA: MARA LÚCIA CARNEIRO

SUMÁRIO

1.	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	4
2.	UM POUCO DE HISTÓRIA SOBRE AS DROGAS.....	6
2.1	Drogas: do surgimento à dependência.....	6
2.2	O Contexto Social: o sujeito privado de liberdade.....	7
2.3	Compreendendo o funcionamento e os fenômenos grupais.....	9
2.4	O grupo Família.....	12
2.5	Redução de Danos como proposta de intervenção com usuário de drogas...13	
3.	QUESTÃO DE PESQUISA	14
4.	OBJETIVOS.....	14
4.1	Objetivo Geral.....	14
4.2	Objetivos Específicos.....	14
5.	METODOLOGIA.....	14
5.1	A Escolha dos Sujeitos	15
5.2	Abordagem e Funcionamento do Grupo	16
6.	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	17
6.1	Avaliação Quantitativa.....	17
6.2	Avaliação Qualitativa.....	19
7.	ANALISANDO AS VIVÊNCIAS DE GRUPO E O APOIO AO AFASTAMENTO DAS DROGAS.....	22
8.	CONCLUSÕES.....	25
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	27

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O presente estudo partiu da prática profissional realizada no Presídio Central de Porto Alegre. Esta instituição conta com o trabalho especializado de Assistentes Sociais e Psicólogas, onde cada qual realiza atividades distintas. O que diz respeito à psicologia, é papel do profissional realizar avaliações psicológicas objetivando a progressão de regime dos apenados que cumprem pena nesta instituição, assim como o acompanhamento psicológico motivado por pedidos judicial ou espontâneo, atendimento às familiares dos condenados, encaminhamento para avaliação psiquiátrica e tudo o que estiver relacionado ao estado emocional dos sujeitos privados de liberdade.

Atualmente, o uso do crack vem se configurando como uma epidemia muito grande em nossa sociedade. Os presídios dominados por esta droga que mata, causa doenças graves, e onera cada vez mais o Estado, recebe no seu interior pessoas que chegam num estado de deterioração mental e física, apresentando um quadro de subumanidade, ou seja, reproduzindo uma condição psicossocial a qual podemos observar nas ruas e em guetos da cidade. Somando-se a esta condição, encontramos os familiares do usuário os quais não possuem recursos para se afastarem do problema que se avoluma dia-a-dia necessitando conviver com o sujeito dependente, que por falta de esclarecimento, cuidado e apoio acaba sucumbindo ao recurso mais eficiente para eles no momento: o aprisionamento.

Ao me deparar com tal condição social mobilizei-me a ponto de começar a questionar o objetivo-fim do trabalho que vinha desempenhando até então. A elaboração de pareceres e laudos psicológicos motivados pela necessidade da VEC (Vara de Execuções Penais) de promover a progressão de regime de apenados condenados causa grande envolvimento do psicólogo que atua nesta instituição, porque a quantidade de laudos é muito grande, fazendo com a construção e execução de novos projetos torne-se um objetivo cada vez mais distante.

Em contrapartida, a quantidade de ofícios e determinações judiciais que versavam sobre os acompanhamentos psicossociais voltados à dependência química, e os voltados às medidas educativas referente ao artigo 28 da lei 11.434, vem superlotando os setores de tratamento penal do Presídio Central. Isto porque em 2006 foi criada a lei 11.343/06 que traz um novo entendimento a respeito da condenação de sujeitos usuários de drogas. Até então, uma pessoa que portava substâncias ilícitas consigo era condenada da mesma forma como alguém que utiliza o tráfico de drogas

como uma fonte de subsistência. Então, a partir do dia 23 de agosto de 2006 alguns dos casos de usuários de drogas passaram a serem executados pela VEPEMA (Vara de Execução das Penas e Medidas Alternativas) que tem como objetivo da descriminalização, ou seja, o tratamento diferenciado perante o usuário e o traficante de drogas.

O artigo 28 desta lei refere-se às medidas que deverão ser tomadas quanto aos usuários de substância psicoativas, quando deverão ser considerados como usuários e qual o tratamento adequado para estes sujeitos. Segundo o artigo 28:

Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade; medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. (BRASIL, 2006).

Conforme Greggianin (2010):

“O sistema penitenciário Brasileiro encontra-se em estado de muita precariedade, em especial quanto à questão do tratamento penal. Os atendimentos psicossociais e as atividades de grupo não atingem a todos os apenados, e quando acontecem, tentam remediar de forma paliativa situações emergenciais.” (GREGGIANIN, 2010, pg.184).

A educação, como forma de aplicação de pena de maneira alternativa é um jeito de oportunizar uma ponte entre apenados e profissionais, tendo como objetivo um vínculo e uma maior aproximação entre estes grupos que aparentemente tem uma distância sócio-cultural. Esse contato físico e social acaba por viabilizar o processo de comunicação e fidelização de um trabalho que atinge o detento de forma mais efetiva, pois se propõe a uma aproximação maior. A proposta tem como objetivo desmistificar o paradigma do castigo em detrimento a socialização e conscientização do apenado quantos aos malefícios diante o uso de drogas. (GREGGIANIN, et al, 2010, pg.186)

A partir da necessidade de fazer valer a lei da descriminalização o Presídio Central de Porto Alegre, junto a Secretaria de Segurança do Estado (Superintendência de Serviços Penitenciários – Departamento de Tratamento Penal), criaram uma alternativa de atendimento a este tipo de cumprimento de pena.

Em outubro de 2009 surgiu o primeiro grupo de apoio à dependência química do Presídio Central de Porto Alegre, tendo como objetivo dar conta dos pedidos judiciais referentes ao artigo 28 da lei 11.343, assim como as demandas levantadas dos exames criminológicos realizados por técnicos da Susepe, e os pedidos espontâneos de apenados que desejavam ter um apoio quanto à dependência química. O

desenvolvimento deste tipo de trabalho torna-se uma referência quanto ao cumprimento das exigências da VEPEMA (Vara de Execução das Penas e Medidas Alternativas) sendo uma das únicas instituições penais do Rio Grande do Sul a se articular de tal maneira.

2. UM POUCO DE HISTÓRIA SOBRE AS DROGAS

O tema do uso e abuso de drogas vem sendo muito pesquisado por profissionais de diferentes áreas quando consideramos a ocorrência e as repercussões do consumo como uma questão de saúde pública. O conceito de dependência química é algo recente se compararmos com a utilização de substâncias psicoativas ao longo do desenvolvimento da humanidade.

2.1 Drogas: do surgimento à dependência

Em 2005, o observatório brasileiro de informações sobre drogas (OBID) realizou o II Levantamento Domiciliar sobre o uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, apresentando as seguintes os seguintes resultados: 22,8% da população brasileira já fez o uso de qualquer tipo de droga (exceto tabaco e álcool); em 108 cidades brasileiras foi constatado que 8,8% da população faz uso de maconha, 2,9% utiliza a cocaína, 1,5% é usuário de Crack, 6,1% faz uso de solventes, 3,2% da população faz uso de medicamentos sem prescrição médica, tais como estimulantes, ansiolíticos, antidepressivos e moderadores de apetite. Ainda traz como conclusão que a maconha é a droga mais facilmente encontrada, tendo esta percepção descrita por 65,1% dos entrevistados. A cocaína enquadra-se neste mesmo critério com uma porcentagem de 51,1%, para 30% para o LSD e a Heroína. (Observatório Brasileiro de Informação sobre Drogas)

A utilização de substâncias psicoativas pode ser observada desde os primórdios de nossa civilização, tanto com fins medicinais, como um elemento participante de evento ritualístico, e até mesmo como um afrodisíaco. A verdade é que, independente de sua finalidade, o uso de drogas para diferentes fins disseminou-se, tornando-se uma questão de saúde pública. São diferentes os motivos que levam uma pessoa a experimentar algum tipo de substância psicoativa: pela prática da observação, por curiosidade, e até mesmo pela necessidade de experimentar o sentimento de pertença a um grupo de pessoas. (DALLA DEA & SANTOS & OLIC, 2004).

Ao longo do desenvolvimento da humanidade a utilização de substâncias com efeito psicoativos foi ganhando dimensão diferenciada em cada contexto social, sendo encarada de diferentes maneiras, pois, cada grupo social determina quais são as drogas lícitas e ilícitas dentro de cada realidade.

Segundo o Observatório Brasileiro de Informações sobre drogas (OBID):

“O termo droga tem origem na palavra drogg, proveniente do holandês antigo e cujo significado é folha seca. Esta denominação é devido ao fato de, antigamente, quase todos os medicamentos utilizarem vegetais em sua composição. Atualmente, porém, o termo droga, segundo a definição da Organização Mundial de Saúde – OMS abrange qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas produzindo alterações em seu funcionamento. (Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas, 2011)

As drogas que, ao serem utilizadas, causam algum tipo de mudança no estado mental são chamadas de drogas psicotrópicas, pois elas atuam no sistema nervoso central causando efeitos diferenciados no psiquismo do indivíduo. Essas substâncias psicotrópicas dividem-se em três tipos: estimulantes, perturbadoras e depressoras. As estimulantes (cocaína, anfetamina, sibutramina, crack, etc.) têm como reação o aceleração da atividade neuronal causando insônia, agitação e efeitos malignos em órgão como o coração e pulmão. As depressoras (álcool, tranquilizantes, benzodiazepínicos, opiáceos, etc.) dizem respeito à diminuição da atividade neuronal e motora, causando complicações em funções mentais como a atenção, concentração e memória, podendo apresentar efeitos alucinógenos. E as perturbadoras do sistema nervoso central (maconha, alucinógenos, LSD, êxtase) implicam em alterações qualitativas no bom funcionamento cerebral podendo gerar delírio, alucinação e alteração sensorceptiva.

O uso frequente e exagerado de substancias psicotrópicas pode gerar estado de dependência, além de repercussões em outras órgãos vitais do nosso organismo. A disritmia cardíaca, os problemas pulmonares dentre outras comorbidades são alguns dos efeitos do uso intenso de drogas. De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas Anti-Drogas, algumas substâncias como a maconha e o LSD podem desencadear doenças psicológicas como a esquizofrenia, basta o individuo ter uma predisposição hereditária e ter feito um uso intensivo de drogas.

2.2 O Contexto Social: o sujeito privado de liberdade

Segundo informação fornecida por oficiais que atuam no Presídio Central de Porto Alegre, a instituição conta com a presença de, aproximadamente, 4.750 sujeitos

privados de liberdade. Conforme pesquisa realizada pelo Departamento Penitenciário Nacional, 65% dos indivíduos privados de liberdade, no Rio Grande do Sul, têm entre 18 e 29 anos (MJ-DEPEN/INFOPEN, 06/2008, dados do RS).

Conforme Baleeiro (1996) todos os adolescentes e adultos jovens passam pelos mesmos questionamentos, crises e sofrimentos. Entretanto, o jovem que vive nas comunidades populares possuem algumas particularidades que se referem às diferentes formas de ver o mundo, de reagir e de expressar sentimentos diferentes dos adolescentes de outras classes sociais.

Esse “modo particular” de estar no mundo relaciona-se ao contexto social em que estão inseridos. Nessa realidade, a escola e a família muitas vezes não têm conseguido responder aos seus anseios e necessidades. A dificuldade de alcançar escolaridade e profissionalização satisfatória leva muitas vezes o jovem do meio popular a ingressar prematuramente no mundo do trabalho. Outro caminho encontrado pelo jovem é o envolvimento em atividade delitiva, ou pela necessidade de busca pelo sentimento de pertencimento a um grupo, ou pela banalização de um grupo diante a prática delitiva e a cultura do ganho fácil. O jovem que ingressa no sistema penal chega cheio de raiva e revolta diante o aprisionamento, tendo que se deparar com a realidade de um espaço demarcado por facções e regras estabelecidas pela *massa carcerária*. O grande grupo vai identificar as habilidades de cada sujeito, potencializar suas qualidades e envolve-lo em sistema que parece por aprisionar o indivíduo dentro e fora das grades: o apenado se vê preso e envolvido em uma trama que encontrará dificuldade de se livrar. (BASSANI, 2010, pg. 112).

De acordo com uma pesquisa realizada por Baleeiro (1996) sobre a população de jovens em meio populares, a maioria deles demonstra uma auto-estima fragilizada pelas questões econômicas, sociais e raciais. O conceito de auto-estima diz respeito ao valor que o sujeito atribui a si mesmo e isso só se modifica através do fortalecimento e reconhecimento da família, da comunidade, escola e sociedade: processo de identidade e sentimento de pertença. Em muitas situações, com a falência das instituições citadas anteriormente, o jovem presos encontra na cadeia uma forma de se sentir pertencendo a um grupo e exercendo um papel de “reconhecimento” diante outras pessoas. A precariedade das condições de vida, a superlotação, a ociosidade, insalubridade e a violação dos direitos humanos mais fundamentais são os potencializadores de sentimentos de revolta e raiva diante o aprisionamento, acarretando no aumento da violência e agressividade por parte do jovem. GREGGIANIN, et al (2010, pg. 186).

A presença da contradição e reivindicação é algo constante na vida da grande maioria, e em se tratando desse público específico observa-se um discurso associado ao preconceito que eles mesmos criam e se tornam vítimas ao mesmo tempo. Sentem-se prejudicados em função de sua condição e assumem um papel de repetição desse tipo de comportamentos racistas em relação a eles mesmos, o que pode ser muito observado nas brincadeiras e no tom de palavras e expressões preconceituosas em relação ao negro, ou ao pobre, etc.

A maioria tem um pensamento crítico sobre as instituições que frequentam, quanto a sua precariedade e falta de investimento por parte dos poderes públicos. Porém, o discurso e a ação, no que diz respeito à transformação, mostram-se contraditório no momento em que se expressam como agentes de ação e ao mesmo tempo aceitam a realidade encarando-a como imutável: é assim que tem que ser, não podemos mudar. (BALEEIRO, 1996, pg. 87)

2.3 Compreendendo o funcionamento e os fenômenos grupais

Todas as pessoas têm sua história de vida ligada a algum grupo e é por isso que se faz importante o bom entendimento do funcionamento dos grupos, pois sempre estaremos inseridos em algum tipo: grupo familiar, escolar, comunitário, de amizade, de trabalho, em uma constante busca pela construção da identidade pessoal e grupal. Zimerman fala: *“Um conjunto de pessoas constitui um grupo, um conjunto de grupos constitui uma comunidade um conjunto interativo de comunidades configura uma sociedade”*. (RIVIÈRE, apud ZIMERMAN, 1999, p. 183).

Quando um bebê nasce, mesmo ainda não entendendo, já faz parte de um grupo de pessoas. Todo e qualquer ser humano precisará da ajuda de outra pessoa para poder desenvolver-se e sobreviver. A falta de contato de uma pessoa com o “outro” pode acarretar uma série de problemas tais como: retardo mental, moléstias e até mesmo a morte. A necessidade de contato e inclusão no grupo “família” é o paralelo interpessoal do estágio oral trazido pelos psicanalistas.

Quando um grupo inicia, cada membro traz consigo um pouco de si, e no espaço comunal mostra suas ansiedades frente ao novo, desejos, medos, seu temperamento, etc. Muitos sentimentos como a observação, desconfiança, timidez, curiosidade, dentre outros, vão dando o colorido do grupo e configurando o início de uma história de construção e convivência. Mãos livres e olhares apreensivos começam a ver outros

seres, outros olhos, e ao se encontrarem somam-se os interesses e afetos entre os membros do grupo.

De acordo com Pichon-Rivière (1988), grupo é:

“... um conjunto restrito de pessoas que, ligadas por constantes de tempo e espaço, e articuladas por sua mútua representação interna, se propõe de forma explícita ou implícita a uma tarefa, que constitui sua finalidade, interagindo através de complexos mecanismos de assunção e atribuições de papéis” (RIVIÈRE, 1988, p.57),

A partir da convivência o grupo se constitui, reconhece seus membros e garante a importância e significado de cada um nesse espaço. A experiência de vida e as histórias de cada membro vão sendo conhecidas, explicitadas e analisadas pelos participantes. A partir disso, o grupo vai criando um referencial comum e cedendo espaço para o processo de identificação e reflexão. O grupo é: “... *um agregado de indivíduos... sendo a grupalidade inalienável de ser humano... é uma totalidade psicológica, unidade indivisa*” (Bion apud ZIMERMAN, p183, 1999).

Pertencer a um grupo, ser reconhecido e valorizado facilita o processo de desenvolvimento psicológico e social, pois fortalece a auto-estima, gera autoconfiança e prepara o ser humano para a convivência em diferentes contextos.

Durante o desenvolvimento de um grupo podemos observar fenômenos envolvendo os vínculos estabelecidos, os papéis desempenhados e assumidos, os limites, a forma como o grupo se comunica, o encontro dos membros com as diferenças, a resolução de conflitos, ressonâncias, a construção de regras de funcionamento que derivam redes de significações imaginárias que dão colorido ao grupo, processos identificatórios e transferenciais. Também podemos observar a construção de uma simbologia grupal evidenciada no decorrer do tempo, onde se criam apropriações de sentidos, geram-se mitos, ilusões e utopias. Tudo isso está relacionado aos fenômenos do que chamamos de campo grupal.

Campo grupal é onde se dá o encontro dos indivíduos, processos de identificação, desenvolvimentos de atividades e pessoas, etc. Podemos observar que em todos os grupos existem duas forças contraditórias que estão constantemente atuando para a coesão ou desintegração do mesmo. Pulsões libidinais, agressivas e narcísicas estarão sempre presentes de forma consciente ou inconsciente no grupo, podendo se manifestar através de desejos aparentes, demandas ou atuações mais explícitas.

(ZIMERMAN, 1999).

A existência de um grupo pressupõe a convivência entre seus membros e dentro dessa perspectiva é inevitável que a personalidade e formas de agir possam introduzir novos fenômenos no grupo. Rivière (1988) fala dos conceitos de verticalidade e horizontalidade que são considerados como unidades de trabalho, pois operam de maneira complementar formando um todo operativo. A verticalidade diz respeito àquilo que é da esfera do pessoal, particular de cada membro, ou seja, sua história pessoal, suas vivências, valores, etc. A horizontalidade é algo que coincide no grupo, perpassa todos os integrantes e se constitui no seio do grupo.

Em qualquer grupo podemos observar a presença de papéis e posições assumidas pelos componentes. Podemos dizer que em cada papel podemos verificar expectativas, necessidades e crenças de todos os participantes. Conforme o desenrolar da convivência e do tempo os papéis vão se instituindo e sendo assumidos e delegados aos componentes, de forma consciente e também inconsciente. É de extrema importância que o coordenador de um grupo possa estar atento ao desenvolvimento dos papéis, das estereotípias que envolvem a adjunção dos mesmos e a forma de manejo frente aos fenômenos decorrentes do convívio entre os membros de um grupo. O que acontece em um grupo só tem validade quando encontram eco no exercício da prática grupal.

Dentro da perspectiva grupal encontramos alguns tipos de grupos. O grupo operativo é aquele voltado à tarefa em si, ou seja, *“opera em uma determinada tarefa, sem que haja uma recíproca finalidade psicoterápica.”* (ZIMERMAN, 1999, pg. 440). Considerando esta abordagem encontramos quatro subdivisões: grupos de ensino aprendizagem, institucionais, comunitários, terapêuticos. Seguimos ao entendimento dos que mais nos interessam. Os grupos de aprendizagem estão voltados à questão da aprendizagem em si, onde se prioriza o aprender a aprender e formar mentes pensantes, podendo chamá-lo de grupo voltado à Psicoeducação. Os grupos terapêuticos visam uma melhoria de situações patológicas, quer seja no plano da saúde orgânica ou mental, ou em ambos.

Segundo (SILVA, ET ALL, 2011) a perspectiva da Psicoeducação vindo sendo muito utilizada nos tratamento para a dependência química no momento em que oferece ao indivíduo a oportunidade de apropriação teórico-prática quanto às questões orgânicas e subjetivas envolvidas na situação da dependência química. Esta forma de abordagem pode ser aplicada tanto individual, como em grupo através de seminários teóricos, vídeos educativos, dinâmicas de grupo voltada a uma tarefa em comum.

A abordagem de grupo terapêutico ou de sentimento é bastante indicado nos casos voltados à dependência química no momento em que, as inter-relações que se estabelecem entre os participantes de um grupo oferecem [... *a oportunidade de uma constante dialética entre a busca de uma identidade individual e a necessidade de uma identificação social*]. (SILVA, ET ALL, 2011, pg.329). O sujeito que opta pelo abandono do uso de substâncias acaba passando por pressões, além do sentimento de solidão pelo abandono de relações que haviam se estabelecido em função da droga. Por isso, o grupo de sentimentos serve como uma forma do indivíduo não sentir-se sozinho na busca pela sua qualidade de vida, pois encontra força no grupo para enfrentar seus problemas. (SILVA, ET ALL, 2011).

Para Zimermann (1990) a escolha pela melhor forma de abordar um grupo deve ser determinado pelo *regra de ouro*, que consiste em respeitar o movimento grupal e as necessidades latentes e manifestas do grupo. Para que esta condução seja possível é importante que o coordenador do grupo seja uma pessoa experiente e atenta aos processos decorrentes durante o grupo. A evolução e maturidade dos componentes está diretamente ligada a uma adequada condução. (Zimermann, 1999, pg. 325)

2.4 O grupo Família

Assim como na escola, a relação familiar é considerada muito importante na rede de apoio social de cada pessoa. O papel dos pais, além da subsistência, da educação informal consiste em mostrar e ensinar alguns valores culturais de inúmeras espécies (religiosos, escolares, morais, tradicionais) a tem como tarefa dividir algumas tarefas do cotidiano e controlá-las. As características da dinâmica familiar são muito importantes no desenvolvimento de todos os membros quando nos conscientizamos de que é no seio familiar que o indivíduo aprende regras de comportamento e bom senso. Por isso, que a família é considerada o primeiro ambiente socializador, oportunizando um espaço de convivência primário que dará a possibilidade de convivência em outros contextos de grupo. (ZAMBERLAN E BIASOLI-ALVES, 1997).

As famílias de baixa renda somam-se ainda outros fatores que influenciam na dinâmica familiar, como por exemplo: passagem abrupta da infância à idade adulta, evasão das escolas, inserção precoce no mundo do trabalho, exploração do trabalho infantil, ausência de perspectivas profissionais e projetos para o futuro, falta de oportunidades e de tempo para se dedicar ao lazer. Essas situações causam fortes

frustrações nos jovens que buscam, na família, condições para canalizá-las e expressá-las de forma saudável. No entanto, no contexto de baixa renda, a socialização na primeira infância tanto na escola quanto na família, sendo marcada muitas vezes pelo autoritarismo, pode gerar indivíduos passivos, dependentes e com auto-estima comprometida, introjetando como atributos negativos pessoais o que se refere à sua condição histórico-social. Por isso, diante das frustrações expressadas pelos jovens, o apoio familiar é de extrema importância no processo de crescimento pessoal tendo e como base a não vulnerabilidade e risco social.

2.5 Redução de Danos como proposta de intervenção com usuário de drogas

A proposta de redução de danos iniciou na Inglaterra (1920) tendo como objetivo dar conta do significativo aumento de usuários de heroína e consequente epidemia de doenças infectocontagiosas como o HIV e a Hepatite. Esta forma de abordagem foi testada durante bastante tempo e de diferentes maneiras: internação com administração da droga em quantidades cada vez menores; terapia da substituição de uma droga por outra; distribuição de seringas descartáveis e de material de higiene e didático para o usuário; etc. A evolução desta forma de lidar com o abuso de álcool e outras drogas foi amadurecendo, em especial, no trato e forma de lidar com o usuário de drogas.

A aproximação dos profissionais de saúde aos usuários e a disponibilidade para a escuta deste sujeito foi um das principais ferramentas para poder acessar o usuário. Considerando este aspecto o consultório de rua e os redutores de danos foram estratégias de aproximação que passaram a fazer parte da metodologia de trabalho voltado à redução, assim como as atividades culturais como forma de educar e alertar sobre os perigos do uso de substâncias.

A redução de danos, como a própria palavra já diz, tem como objetivo minimizar os prejuízos do usuário diante o uso abusivo de substâncias. Cada droga terá sua periculosidade: a heroína – o risco de contaminação de doenças infectocontagiosas como HIV e Hepatite; o crack – as doenças pulmonares devido à inspiração de partículas sólidas que com o passar do tempo vão se alojando no órgão; opiáceos – surtos psicóticos por intoxicação de substância psicotrópica, etc.

3. QUESTÃO DE PESQUISA

Este trabalho busca responder à seguinte questão de pesquisa:

Como auxiliar o dependente químico que deseja parar de usar drogas dentro do Presídio Central de Porto Alegre através das ações de um grupo de apoio coordenado por psicóloga?

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Testar uma intervenção no formato de grupo de apoio objetivando auxílio psicológico aos apenados.

4.2 Objetivos Específicos:

- Aplicar diferentes metodologias de trabalho, tais como: Psicoeducação, grupo de sentimentos e grupo operativo;
- Aplicar diferentes ferramentas de trabalho (dinâmicas de grupo, palestras, vídeos, música) e avaliar qual delas atrai mais o usuário.
- Analisar a experiência;
- Apresentar a pesquisa com o objetivo de fidelizar este tipo de atividade no Presídio Central de Porto Alegre.

5. METODOLOGIA

Considerando o fato de que a análise dos resultados foi feita no momento em que o contato com o grupo de pesquisa já havia finalizado, optamos pela utilização do estudo de caso como uma estratégia para analisar os resultados já que esta técnica nos permite examinar eventos contemporâneos os quais não temos mais a possibilidade de intervir. A observação direta e as diferentes técnicas metodológicas de trabalho serão utilizadas para avaliar os acontecimentos e fatos vividos no grupo, ou seja, os registros das observações são as estratégias utilizadas como evidências de acontecimentos relacionados a questões do tipo “como” e “por que” determinado acontecimento gerou tal repercussão. (YIN,2001)

No decorrer da análise do estudo de caso, os dados apresentados tem um caráter descritivo e a preocupação centra-se nos processos e não nos produtos, com ênfase

fundamental nos significados atribuídos às ações pelos próprios sujeitos da pesquisa, assim como pelo observador, coordenador do grupo (STAKE, 1999).

Considerando a grande rotatividade dos participantes em questão optamos por levar em conta a opinião de 09 sujeitos tendo como principal foco da análise aqueles indivíduos que participaram do grupo um mínimo de 03 meses e que foram indicados a participar em função do artigo 28 da lei 11.343 e por pedido judicial da Vara de Execução Criminal (VEC). Esta escolha tem como objetivo uma análise indutiva dos casos objetivando a triangulação entre a teoria apresentada e o conteúdo da pesquisa. A análise indutiva buscou obter algumas generalizações e interpretações que tentam preservar as “[...] realidades múltiplas, visões diferentes do que sucede” (STAKE, 1999, p.23)

5.1 A Escolha dos Sujeitos

O processo seletivo para a participação nos grupos de apoio à dependência química iniciou em dezembro de 2010. A partir dos ofícios recebidos pela VEPMA e pela VEC os apenados passaram a ser chamados em entrevista individual com o objetivo de esclarecimentos quanto e o objetivo de oferecer uma atividade que visasse à educação diante o uso de drogas.

De dezembro de 2010 a junho de 2011 foram entrevistados 76 apenados: 29 participaram mais de três meses; 22 participaram menos de 1 mês; 12 progrediram de regime; 14 não quiseram participar das atividades.

A partir da Observação exploratória que consiste na identificação dos sujeitos, do cenário e o comportamento social que compõe o cotidiano dos sujeitos privados de liberdade optamos pela inclusão daqueles sujeitos motivados em participar da proposta desconsiderando a participação compulsória. O grupo de apoio comportou um número de 20 pessoas, que é a quantidade máxima permitida pela Brigada Militar em se tratando de segurança da instituição e dos técnicos envolvidos na atividade.

Em virtude da grande quantidade de ações realizadas no espaço reservado para a abordagem grupal, tivemos a oportunidade de realização de dois grupos, cada qual ocorrendo no período da manhã em dias alternados. Por isso, esta proposta foi oferecida para dois grupos de 20 pessoas, que ocorreram nas terças e quartas das 09:00 às 10:30.

5.2 Abordagem e Funcionamento do Grupo

Considerando a perspectiva da abordagem grupal e a solicitação de que os grupos tivessem um cunho educativo e terapêutico, optamos pela utilização de grupos operativos, grupo de sentimentos e Psicoeducação, como estratégias de intervenção as quais se aplicaram sob a perspectiva das dinâmicas de grupos. De acordo com a demanda do grupo a metodologia oscilava entre a Psicoeducação, o trabalho sob uma tarefa específica, ou a discussão sobre sentimentos e sensações oriundas da vivência do grupo.

Seguindo a busca pelos objetivos traçados no projeto iniciamos o grupo através do estabelecimento de um contrato de convivência e o levantamento das expectativas dos sujeitos diante a proposta do grupo. A valorização da participação e do respeito entre todos os membros, a relevância do sigilo, e o destaque para a exigência de que, quando viessem participar do grupo que não estivessem sob o efeito de qualquer substância psicoativa foram os quesitos elegidos como os mais importantes para o início do trabalho.

O levantamento de expectativas foi importante para solucionar dúvidas dos participantes em relação à principal tarefa do grupo, assim como para o levantamento de temas que causassem curiosidade ou interesse por parte deles. A partir disso, organizamos os temas levantados em módulos de trabalho com início, meio e fim para viabilizar a didática do processo, e também para melhor compreensão por parte dos participantes. Iniciamos um trabalho de exploração dos assuntos trazidos pelos participantes do grupo, sendo estes temas abordados através de palestras informativas, dinâmicas de grupo, técnicas comportamentais, vídeos educativos e a utilização da música como forma de expressão de um grupo.

Os principais objetivos quanto ao funcionamento deste grupo foi o fornecimento de informação quanto ao uso de drogas, estimular o fortalecimento do sujeito por meio da promoção do sentimento de pertença a um grupo, trabalhar a auto-estima visando o auxílio na construção de uma estratégia de vida positiva e saudável, a apropriação do sujeito diante suas escolhas, ou seja, que o indivíduo seja sujeito de sua própria existência, tendo a redução de danos como uma meta a ser atingida.

6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados a serem apresentados são frutos de avaliações qualitativas e quantitativas a cerca do trabalho realizado com apenados em grupos de apoio à dependência química. Os registros do andamento e funcionamento do grupo, e o diário de campo foram as ferramentas utilizadas para a avaliação do trabalho desenvolvido.

Foi aplicado um instrumento avaliativo que questionou os 9 participantes da pesquisa referente as seguintes questões: se o sujeito gostou dos assuntos trabalhados no decorrer dos encontros; se a pessoa gostou das atividades desenvolvidas para abordar o assunto; se a pessoas foi capaz de compreender o assunto trazido; se a pessoa teria condições de repassar essas informações para outra pessoa; e se gostaria de ter conversado mais a respeito do assunto.

A parte qualitativa da pesquisa dizia respeito a opinião do apenado quanto a sua participação no grupo, se valeu a pena participar e que o mesmo relatasse suas observações e sugestões para que pudéssemos melhorar a forma de abordar o assunto.

A idéia inicial era de poder aplicar um questionário avaliativo a cada finalização de módulo. Entretanto, pela inconstância na participação dos apenados, tanto os que abandonavam o grupo, como os que progrediam de regime fez com que optássemos pela participação de apenas os 9 detentos que participaram por mais de 3 meses da proposta

6.1 Avaliação Quantitativa

A avaliação quantitativa foi realizada através de questionário fechado de múltipla escolha aplicado em 9 sujeitos em entrevista individual. A escolha desses sujeitos priorizou a participação em, pelo menos, 3 meses de grupo.

1. Você gostou dos assuntos trabalhados durante o grupo?

8 responderam que sim, 0 responderam que não, 1 respondeu que mais ou menos e, 0 não sabia opinar.

Comprendemos como natural a grande maioria dos participantes manifestarem bom grado em relação aos assuntos abordados, no momento em que eles mesmos elegeram o foco de discussão do grupo. O que respondeu: mais ou menos, não soube justificar ou relembrar o que realmente não havia compreendido.

2. Você gostou das atividades de grupo realizadas?

9 dos entrevistados responderam que gostaram de participar das atividades

A grande maioria comentou ter gostado das atividades, pois além de aprenderem sobre o assunto era uma forma de poder sair de suas galerias para conversar com uma pessoa que não está o tempo todo encarcerada. Também era uma forma de debater sobre outros assuntos os quais não eram necessariamente sobre tristeza, revolta e raiva diante o cárcere.

Ainda comentaram que ver um vídeo informativo, uma parte de um filme interessante ou escutar uma música foi uma forma interessante de se distrair e, ao mesmo tempo, poder questionar o comportamento de usar drogas. Importante ressaltar que muitos dos participantes já passaram por outros tipos de tratamento voltado à dependência química.

3. Você compreendeu o assunto?

9 dos entrevistados responderam que compreenderam o que escutaram durante sua participação nos grupos.

Importante ressaltar que os sujeitos não foram submetidos a provas ou avaliações, pois este não era o objetivo deste tipo de abordagem. A compreensão do assunto era observável no momento em que alguns integrantes retomavam os assuntos trabalhados trazendo analogias em relação a suas escolhas de vida. Trazer um assunto relativo ao cotidiano dos participantes, porém, com um olhar mais científico fez com que os participantes questionassem sua escolha pelo comportamento aditivo.

4. Você poderia ensinar a alguém o que aprendeu?

5 responderam que poderiam ensinar a mesma coisa que aprenderam para outra pessoa; 2 reconheceram que não conseguiriam ensinar para alguém a mesma coisa que aprenderam; 2 disseram que poderiam ensinar o que aprenderam mais ou menos; 0 não soube opinar.

Alguns pareceram receosos quanto a esta pergunta como se eles tivessem que reproduzir algum conhecimento naquele momento. Ao serem questionados responderam de maneira displicente e não se disponibilizaram em explicar porque não conseguiriam repassar o assunto para alguém. Em contrapartida, os que se consideraram aptos a reproduzir os assuntos comentaram que, inclusive, já vinham passando as informações para aqueles amigos os quais eles notavam um desgaste maior pelo uso da droga. Comentaram que muitos colegas de cela eram resistentes ao grupo, pois preferiam repetir o comportamento de se drogas

a ter que pensar sobre isso, pois enfrentar o cárcere de forma pouco consciente se torna menos doloroso do que estar conectado com a própria subjetividade. Quando recebiam algum material impresso faziam questão de multiplicar o conhecimento com outros colegas e, em alguns momentos, sofriam represaria de colegas de cela porque estarem questionando o uso de drogas dentro da galeria.

5. Você acha que poderíamos conversar mais a respeito dos assuntos tratados? 6 afirmaram que poderíamos conversar mais sobre o assunto; 1 comentou que havia sido satisfatório; 0 disse que mais ou menos; 2 não sabiam opinar sobre o assunto.

A grande maioria considerou que os assuntos abordados não se esgotam, pois estarão presente em suas vidas durante muito tempo, principalmente para aqueles que referiram estarem presos pelo fato de serem usuários de drogas. Uma parcela dos participantes comentou já ter recebido este tipo de informação, pois já frequentou grupo de apoio aos usuários de drogas, ou passou por algum tipo de tratamento ambulatorial ou hospitalar.

O que comentou que havia sido satisfatório foi pelo fato de nunca ter tido participado de atividades educativas voltadas ao uso de drogas, referindo muito relevância em sua vida.

Os que não souberam opinar também não conseguiram justificar sua opinião, mas observa-se um padrão comportamental entre estes sujeitos: pessoas que não participavam muito dos debates e que apresentam algumas faltas durante o processo de aprendizagem.

6.2 Avaliação Qualitativa

A avaliação qualitativa foi realizada em entrevista individual feita com os 9 participantes com o objetivo de aprofundar a avaliação quantitativa realizada anteriormente em meio ao grande grupo.

Os resultados coletados foram os seguintes:

1. Coloque aqui sua opinião sobre o grupo, se valeu a pena participar ou não.

“aprendi muita coisa sobre as drogas e os depoimentos dos outros me ajudaram a ver que não sou o único a precisar de ajuda.”

“mudei bastante: eu era stressado. Agora tô mais tranquilo, pois posso conversar com outras pessoas sobre assuntos que não é somente sobre crime e vingança. Podemos ver vídeos, trocar ideias e nos respeitar. Só de sair da galeria já ta valendo.”

“valeu muito a pena por saber da opinião do outros. Gostei de participar, pois acho que isso vai contar na hora da avaliação”

“valeu muito a pena, pois não sabia dos efeitos horríveis da droga no nosso organismo. A gente vai lá e faz e não sabe o quanto se prejudica com isso.”

“gostei de participar, mas não gosto de falar muito, só de ouvir”

“valeu muito a pena, pois aprendi muitas coisas novas que ainda não sabia. Poder sair da galeria é uma coisa muito boa, pois faz a gente lembrar que tem um mundo lá fora cheio de oportunidades e de pessoas legais como tu. Foi bom para aprofundar aquilo que já sabia e para ouvir os outros.”

“acho que foi importante eu participar, pois acho que isso vai ajudar na hora da avaliação.”

“o uso das drogas, a conscientização, saber da vida dos outros e ter uma atividade para se ocupar. Isso foi muito importante durante o tempo que pude participar. Acho também que foi uma boa preparação para o momento da avaliação e por ter acesso a psicóloga.”

“gostei muito de participar e foi fácil de entender as palestras. Foi muito importante poder trocar de assunto, conhecer outras pessoas e saber de novas histórias. Vou ficar aqui 20 anos e tudo o que puder participar eu vou buscar, pois viver a realidade cotidiano da galeria é de se transformar em um monstro.

De acordo com as afirmações à cima observamos que a proposta do grupo apresenta duas grandes frentes de reconhecimento: a importância do sentimento de pertença a um grupo manifesto através dos testemunhos, e o grupo como espaço de saúde dentro do cárcere.

As relações que se estabelecem dentro do cárcere estão ligadas ao poder e ao reconhecimento de vida delitiva dos sujeitos presos. A opressão e constante tensão que o cárcere exerce sobre as pessoas faz com que as relações de confiança, parceria e cumplicidade fiquem muito comprometidas, a ponto de impossibilitarem os sujeitos de serem autênticos. Ao serem questionados quanto a importância de participarem do grupo o principal reconhecimento por parte dos apenados é a possibilidade de se exporem realmente no que pensam e o que sentem. Eles informam que o espaço da Capela (local onde se realiza a atividade) é tido como um espaço de trégua onde se pode falar o que pensa e experimentar sentimento que, nas galerias, poderiam ser entendidos como fraqueza. Os depoimentos de uma trajetória de vida marcada pelo delito e pelo

uso de drogas deixam de ser usados como um grande trunfo, para começarem a ser questionado como o principal “culpado” pela escolha de vida no cárcere.

2. Coloque aqui suas sugestões

“que o grupo possa continuar”

“que não pare de ter esses encontros porque é bom pra gente poder aliviar a cabeça, sair um pouco da galeria”.

“que possa continuar”

Que a doutora continue me chamando para participar desse tipo de atividade”

“nunca tinha feito nenhum tratamento e quero continuar, se for possível”.

“trabalhar os motivos que fazem a pessoa usar drogas pela primeira vez. Assim fica mais fácil saber como agir com os filhos. Não quero pro um filho a vida que levo por aqui.”

“quero continuar porque ficar parado é muito ruim. Quero continuar a buscar a abstinência porque sua família não merece isso. O pessoal do grupo deveria mudar de ambiente, estar em uma galeria mais cuidada e para o tratamento”.

“quero continuar e acho que poderíamos fazer uma oficina de artesanato.”

Não quis responder.

Tendo o grupo como uma proposta de tratamento não compulsório acreditamos que os encontros tiveram um papel de rompimento de resistência diante daqueles que nunca haviam participado de atividades de instrução e conscientização diante do uso de drogas. A espontaneidade era uma marca dos encontros tendo como objetivo a criação de um espaço de autenticidade.

Tendo a redução de danos como orientador da postura técnica utilizada nos encontros, acreditamos que a relação de confiança foi conquistada no momento em que os assunto iam sendo trabalhados e os apenados relatando suas forma de ver determinada situação, deles comentarem que determinada “aula” gerou um fissura por parte de alguns presos. A partir desse diálogo aberto foi possível pensar em estratégias de prevenção à recaída, habilidade sociais de enfrentamento de situação de desafio e entrevista motivacional.

A valorização da participação no grupo é reconhecida em função da minoria de pessoas que conquistam a oportunidade de participarem desse espaço educativo, fazendo com que grande parcela de participantes valorizem o espaço e desejem continuar se beneficiando de tal proposta. Além disso, o fato de estarem engajados em um espaço de cuidado faz com que a família do apenado sintam-se mais satisfeita, tanto com o investimento de seu familiar preso, quanto com a “ajuda” que o estado passa a oferecer para este sujeito que não teve condições de seguir sua vida longe de situações conflituosas. Dentro da perspectiva da família, passamos a atender os familiares mais vinculados, objetivando encaminhamento para a rede externa e explicação quanto à importância do apoio no momento do tratamento.

Alguns participantes reconhecem seus erros e manifestam seu interesse em refletir sobre isso com o objetivo de poderem orientar seus filhos de forma que eles não repitam seus erros e que não passem pelo sofrimento que o cárcere gera. As questões sociais e financeiras também foram pauta de nossas reuniões. Por isso, foi trabalhado em grupo de sentimentos o reconhecimento dos indivíduos como cidadãos e pertencentes a uma determinada comunidade. A questão da auto-estima e planos para futuro também foram abordadas visando a potencialização destes sujeitos que, muitas vezes, se vitimizam pelo ganho secundário que esta condição possa trazer a eles.

7. ANALISANDO AS VIVÊNCIAS DE GRUPO E O APOIO AO AFASTAMENTO DAS DROGAS

Tanto a avaliação quantitativa como a qualitativa teve como objetivo investigar como auxiliar o dependente químico que deseja parar de usar drogas dentro do Presídio Central de Porto Alegre através das ações de um grupo de apoio coordenado por psicóloga. Os questionamentos tiveram como objetivo avaliar e testar qual a melhor metodologia a ser oferecida para este público específico que se encontra privado de liberdade.

No projeto inicial contava o processo de avaliação progressiva das atividades desenvolvidas, tanto por parte do coordenador dos grupos, quanto por parte dos participantes do grupo. A dinâmica da instituição acrescida da grande demanda de ofícios judiciais fez com que a elaboração de instrumentos de avaliação e a criação de relatório de cada grupo desenvolvido fosse se extinguindo com o passar do tempo. O

instrumento de acompanhamento realizado foi um diário de campo feito pelo coordenador do grupo, que continha impressões e sensações dos encontros realizados com os apenados. Essa ferramenta auxiliou no processo de compreensão do comportamento e da subjetividade dos apenados envolvidos no projeto.

Durante as entrevistas de avaliação os participantes iam respondendo às perguntas e comentando suas opiniões, cada qual com seu estilo pessoal. A impressão registrada no diário de campo foi a sensação de que o discurso de alguns dos participantes parecia preparado para o momento, ou seja, uma fala aparentemente pronta para não frustrar a entrevistadora diante suas opiniões ou de não serem punidos por uma opinião mais sincera. Conforme comentado pelo entrevistado em avaliação qualitativa, muitos participavam do grupo com objetivo de terem um ganho secundário judicial por participarem desta atividade. Para que uma pessoa possa progredir de regime é necessário que a mesma passe por uma avaliação psicossocial e, aos olhos da grande maioria dos apenados, participar de alguma atividade penal é positivo no momento da avaliação, pois isso “conta pontos” com a entrevistadora.

Isso nos leva a refletir tanto em relação à questão educacional, quanto à capacidade pessoal de cada detento, assim como todo o atravessamento da condição destes sujeitos como indivíduos privados de liberdade. A grande maioria dos detentos apresenta um baixo nível de escolaridade, tendo frequentado muito pouco à escola, conseqüentemente tendo pouco contato com metodologias de trabalho diferente das convencionais. Em relação à questão do aprisionamento é possível observar a dificuldade que os apenados enfrentam em serem autênticos diante um profissional que se propõe ao tratamento penal, pois alguns conseguem relatar ser difícil “falar a verdade” diante pessoas que tem certo poder diante a condenação deles. Essa fantasia de empoderamento dos técnicos existe em grande parte dos apenados, sendo tema de alguns encontros realizados no grupo de apoio.

Outro fator significativo durante as entrevistas foi o clima no *setting*, o qual parecia um tanto tenso. Era preciso que o entrevistador passasse retomando a finalidade da pesquisa para que os sujeitos ficassem à vontade, ou não experenciassem aqueles questionamentos como qualquer forma de avaliação ou prejuízo diante suas condenações.

Outro aspecto importante é que fazer uso de drogas dentro do cárcere, para alguns, é uma questão de sobrevivência. As repercussões do aprisionamento são vividas de maneira distinta por cada pessoa. A dor do abandono, da carência afetiva,

do afastamento da autenticidade de cada indivíduo acaba motivando o apenado a optar pela ruptura do estado de consciência pela analgesia intelectual que a droga causa. Durante os encontros isso fica muito evidente no momento em que alguns comentam terem retomado o uso de drogas dentro do cárcere, inclusive, terem experimentado algum tipo de substância dentro de casas prisionais. Não somente questão do impacto emocional pelo aprisionamento, mas a reprodução de um comportamento dominante e massacrante que impõe a participação dos sujeitos em uma sistemática de vida que a massa carcerária é quem dita.

Em entrevista individual, um dos participantes de pesquisa comenta da importância de participar do grupo, mas do medo de falar a verdade durante os encontros. Isso nos remete a opressão que a força de um grupo gera num sujeito que se vê refém de um grupo com o qual não concorda quanto aos comportamentos adotados, porém acata a sistemática de vida como única alternativa de sobrevivência. Ainda refere que o uso de drogas, em alguns espaços, é visto como uma condição para participar de alguns subgrupos e, até mesmo, para o reconhecimento de um papel de autoridade dentro de uma galeria.

De acordo com a avaliação dos participantes da pesquisa o fato de poderem ter acesso a informações sobre as drogas, assim como as dinâmicas vivenciais fizeram com que pudessem se sentir mais à vontade para poderem comentar sobre suas escolhas e fazerem associação do uso de drogas com o aprisionamento.

O diário de campo composto durante as 6 meses de atividade nos mostra a vontade de alguns sujeitos se afastarem das drogas em função da suas famílias. Alguns já fizeram tratamentos em fazendas, clínicas ou em Caps, reconhecendo que o uso de drogas pode ser encarado como uma “doença”, pois o sujeito nunca está livre de recair no uso. Alguns testemunhos apontam o cárcere como uma última chance para a reabilitação, sendo a segundo critério da tríade dos 3C’s: clínica, cárcere e caixão.

Tínhamos como proposta que todos pudessem participar do grupo sem estarem sob efeito de substâncias, mas nunca foi exigida a abstinência total. Por considerarmos uma incongruência e falta de sensibilidade o fato de pregar a abstinência em um espaço de escuta e tratamento e não oferecer um ambiente e condições adequadas para a reabilitação destes sujeitos que acreditamos nos importância do trabalho de redução de danos.

8. CONCLUSÕES

O cumprimento de medida alternativa na cidade de Porto Alegre é uma forma de penalidade muito utilizada. O magistrado entende esta prática como uma maneira de compartilhar responsabilidades e de oferecer uma outra alternativa de punição. Em contrapartida, o que observamos na prática diária é que, para aqueles casos que não possuem a possibilidade da realização das medidas educativas, o apenado cumpre sua condenação no regime fechado ou semi-aberto e, ao sair do cárcere, ainda precisa comparecer em instituições para o cumprimento da medida educativa, como um brinde ao sair do sistema. De acordo com alguns apenados, aqueles que não cumprem a medida educativa quando ainda em liberdade, acabam por acrescentar um tempo de pena ao ingressar no regime fechado. Curioso é que, alguns apenados, preferem cumprir esta dívida com a sociedade no momento de sua condenação no regime fechado, do que ter que ir em palestras e aulas durante o tempo em que estão em liberdade.

Algumas casas prisionais não possuem recursos humanos e preparação específica para a execução dessas medidas alternativas. Em algumas situações, aqueles indivíduos que não tiveram interesse em participar dos encontros justificaram sua decisão pelo fato de já terem participado de palestras enquanto estavam em liberdade e que isso não havia apresentado um retorno pessoal ou em relação a sua condição de usuário de drogas. Ainda afirmaram que o fato de não comparecerem nas instituições indicadas, na concepção deles, não implicava em nenhum tipo de prejuízo pessoal e de sua pena, o que nos leva a questionar a forma como estas medidas educativas são aplicadas e oferecidas.

Considerando o objetivo de pesquisar qual a metodologia mais adequada para a aplicação deste tipo de proposta de cumprimento da pena, acreditamos que a forma de avaliar deixou a desejar, pois os questionamentos contidos na avaliação deveriam ter sido melhor especificados e aprofundados para que pudéssemos avaliar estas ferramentas de trabalho e suas contribuições para o processo.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar, durante os 06 meses de experiência como coordenador do grupo de apoio à dependência química a heterogeneidade como característica principal dos apenados atendidos: diversidade de idade, raça, classes social, escolaridade, condição familiar, etc. De forma geral, reconheço uma carência

múltipla advinda desses sujeitos, pois eles são carentes de afeto, de bens materiais, mas, principalmente de atenção e escuta. De forma muito desumana, muito sujeitos são identificados por códigos, números, a às vezes, por apelidos. A possibilidade de rompimento com a constante reprodução de um pensamento e comportamento hostil torna-se cada vez menos provável e distante: ser autêntico num meio adverso e despersonalizado é praticamente impossível.

Trago como indicação que os órgãos responsáveis pela execução das medidas educativas pudessem firmar parcerias no sentido de uma melhor divulgação, esclarecimento e aplicação das medidas. A Cruz Vermelha de Porto Alegre vem desenvolvendo este tipo de trabalho há mais de 10 anos, o que lhe dá créditos quanto às melhores maneiras de oferecer este tipo de serviço, entretanto não desenvolveu nenhum tipo de material que pudesse servir de base para esta prática. De forma geral, o judiciário e executivo deveriam estar mais alinhados e afinados para melhor oferecerem este tipo de pena alternativa.

Referências Bibliográficas

- BASSANI, Fernanda. “(.....!)” O grito mudo das cadeias ganha voz: cultura hip hop como ferramenta de educação, tratamento e protagonismo para jovens presos. In Revista do Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias. Ministério da Justiça, Brasília, v. 1: n°: 22, p. 111-129, 2009/2010.
- BRASIL. **Decreto-lei no 11.343**, de 23 de agosto de 2006. Brasília, 23 de agosto de 2006; 185^o da Independência e 118^o da República.
- DALLA DEA, H. R. F.; SANTOS, E. N.; OLIC, T. B. **A inserção do Psicólogo no Trabalho de Prevenção ao Abuso de álcool e outras Drogas**. Psicologia Ciência e Profissão, 2004, 24 (1), 108-115.
- GAYOTTO, Leonor C. Liderança: **Aprenda a mudar em grupos**. Petrópolis: vozes, 1995.
- GREGGIANIN, Cedile; et al. **Prestação de Serviços à Comunidade na Comarca de Porto Alegre. Corresponsabilidade com as entidades conveniadas**. In Revista do Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciária. Ministério da Justiça, Brasília: n°: 22, ano 2009/2010.
- INFOPEN/DEPEN- Ministério da Justiça- Dados consolidados no Estado do RioGrande do Sul, 2011.
- LUDKE, M. e ANDRÉ, M.A. **Pesquisa em educação - Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- PERRENOU, 2011. **Etiologia dos transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas**. In: DIEHL, Alessandra; CORDEIRO, C. Daniel; LARANJEIRAS, Ronaldo; et al. **Dependência Química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 43 a 48.
- RIVIÉRE, Enrique Pichón. **O processo Grupal**. Martins Fontes: São Paulo, 1988.
- SILVA,
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil**, 2005. Disponível em:
http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php#II_lev_dom. Acesso em: 29 de jun. 2011, 17:00.
- STAKE, R. E. **The Art of Case Study Research**. London: Sage Publication, 1999.
- YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIMERMAN, David. **Fundamentos Psicanalíticos: teoria, técnica e clínica.** Porto Alegre, Artemed, 1999.